

Exame das contas do Esporte Clube Bahia do primeiro trimestre - Janeiro a Março /2026

Outubro/2026

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

Sumário

1. Introdução....3
2. Riscos e limitações....3
3. Obediência às Escriturações Contábeis....3
4. Demonstrações Contábeis....4
5. Extratos e Contas Bancárias....5
6. Análise das Receitas....6
7. Folha de Pagamento....7
8. Encargos Sociais....7
9. SST – Saúde e Segurança do Trabalho....8
10. Fluxo Financeiro....8
11. Situação Fiscal....8
12. Execução Orçamentária....9
13. Contratos....14
14. Passivo Judicial....15
15. Conclusão....15
16. Recomendações e Alertas....15

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

1. Introdução

Nos meses de novembro e dezembro, o Conselho Fiscal realizou a análise das demonstrações contábeis, incluindo balancetes, balanço patrimonial, Demonstrativos de Resultado do Exercício (DRE) e fluxos de caixa, bem como do orçamento por meio do Demonstrativo de Resultado Orçado (DRO). Foram examinados contratos celebrados e encerrados no período — abrangendo licenciamento, parcerias, patrocínios, prestação de serviços, contratos de trabalho e obrigações acessórias trabalhistas, previdenciárias e tributárias — além de documentos contábeis como extratos bancários, folha de pagamento e encargos. Adicionalmente, foram solicitadas informações e esclarecimentos à Diretoria Executiva, por meio de contatos por telefone, reuniões presenciais, e-mails e mensagens via WhatsApp.

2. Riscos e limitações

Os trabalhos estiveram submetidos ao risco de detecção, característico de exames de documentos e registros informatizados, e foram limitados à documentação disponibilizada e às informações prestadas pela DE, assim como ao cumprimento de prazo por aquela Diretoria.

3. Obediência às Escriturações Contábeis

As escriturações contábeis do Esporte Clube Bahia - Associação, referentes ao primeiro trimestre de 2026, foram elaboradas em estrita conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Especificamente, foram observadas a NBC TG 47 (Receita de Contrato com Cliente), a NBC ITG 2003 (Entidades Desportivas) e a NBC OTG 2003 (Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis Não Históricas), garantindo a adequada mensuração, reconhecimento e evidenciação dos eventos e transações econômico-financeiras do período.

A gestão financeira e a transparência na prestação de contas representam pilares fundamentais para a governança corporativa da Associação, sendo essenciais para a manutenção da confiança de seus stakeholders, incluindo sócios,

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

conselheiros, patrocinadores e a comunidade em geral. A análise das demonstrações contábeis permite uma avaliação criteriosa da saúde financeira, do desempenho operacional e da capacidade de geração de valor da entidade, fornecendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

A integridade dos registros contábeis é pressuposto para a fidedignidade das informações financeiras apresentadas. Os procedimentos de análise aplicados sobre as contas do período de janeiro a março de 2026 buscaram verificar a consistência e a razoabilidade dos saldos, bem como a conformidade das políticas contábeis adotadas, refletindo o compromisso da gestão com a transparência e a precisão das informações divulgadas.

4. Demonstrações Contábeis

A análise patrimonial evidencia a composição dos ativos, passivos e do patrimônio líquido da Associação em 31 de março de 2026. O Ativo Total encerrou o período em R$ 76,995 milhões, sendo R$ 7,360 milhões classificados no Ativo Circulante e R$ 69,636 milhões no Ativo Não Circulante. O Ativo Circulante é composto, principalmente, pelo grupo Disponível, que apresentou saldo de R$ 4,753 milhões, evidenciando uma posição confortável de liquidez imediata, e por Contas a Receber, no montante de R$ 2,488 milhões, cuja evolução deve permanecer sob acompanhamento quanto à efetiva realização dos créditos. No Ativo Não Circulante, destacam-se R$ 66,393 milhões registrados no Ativo Permanente, além de R$ 1,891 milhão em Contas a Receber de longo prazo e R$ 1,351 milhão em Investimentos, demonstrando que a maior parte dos recursos da entidade permanece concentrada em ativos de natureza permanente.

O Passivo Total apresentou saldo de R$ 76,932 milhões, sendo R$ 4,219 milhões registrados no Passivo Circulante e R$ 1,993 milhão no Passivo Não Circulante. As obrigações de curto prazo concentram-se, principalmente, em Receitas a Apropriar, no montante de R$ 2,803 milhões, seguidas pelas Obrigações Legais de R$ 913 mil, Fornecedores de R$ 364 mil e Provisões de R$ 138 mil. No longo prazo, as Obrigações Legais totalizam R$ 1,893 milhão, além de R$ 100 mil registrados em Obrigações a Vencer. O Patrimônio Líquido permanece robusto, sustentado por um patrimônio de R$ 70,720 milhões, reservas acumuladas de R$ 269,120 milhões, ajuste de avaliação patrimonial de R$ 85,618 milhões e superávit

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

acumulado de R$ 284,018 milhões, refletindo a solidez patrimonial construída pela Associação ao longo dos exercícios.

A Demonstração do Resultado evidencia que, até o encerramento de março de 2026, a Associação auferiu Receitas de R$ 1,427 milhão, provenientes principalmente das Demais Receitas Operacionais, que representaram R$ 1,042 milhão, correspondendo à principal fonte de arrecadação do período. As receitas oriundas do programa Sócio Esquadrão totalizaram R$ 246 mil, enquanto as Receitas Financeiras contribuíram com R$ 155 mil.

As Despesas totalizaram R$ 1,364 milhão, destacando-se os gastos com Pessoal, que somaram R$ 644 mil, representando a principal rubrica de desembolso da entidade. As Despesas com Atividades Desportivas alcançaram R$ 290 mil, seguidas pelas Despesas Operacionais, de R$ 218 mil, pelos Serviços de Pessoa Jurídica, no montante de R$ 123 mil, e pelas Despesas Financeiras e Tributárias, que totalizaram R$ 88 mil. A composição das despesas demonstra que os maiores dispêndios permanecem concentrados na manutenção da estrutura administrativa e das atividades esportivas, refletindo a natureza operacional da Associação. Ao final do período, a entidade apresentou superávit acumulado de R$ 63.264,61, resultado da diferença positiva entre as receitas e as despesas reconhecidas até março de 2026. Embora o resultado seja positivo, a margem é relativamente reduzida, equivalente a aproximadamente 4,43% das receitas, recomendando-se a continuidade do acompanhamento da execução orçamentária e do controle dos gastos ao longo do exercício.

5. Extratos e Contas Bancárias

No âmbito dos procedimentos de análises realizados, foram examinados os extratos bancários das instituições financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Bradesco e Abrafesc Digital, abrangendo a conferência das movimentações financeiras, conciliações bancárias e a aderência dos registros contábeis às respectivas transações.

Após a análise dos documentos disponibilizados, não foram identificadas irregularidades ou inconsistências relevantes que comprometessem a fidedignidade dos saldos ou das movimentações registradas. As transações analisadas mostraram-se compatíveis com os registros contábeis e com a documentação de

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

suporte apresentada, não sendo constatados indícios de movimentações atípicas, omissões ou divergências materiais que demandassem ressalvas por parte desta auditoria.

6. Análise das Receitas

A presente análise das receitas abrange os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, com fundamento nos valores registrados nos balancetes mensais da Associação. A avaliação concentra-se na evolução mensal, na composição e na representatividade das fontes de arrecadação.

Em janeiro de 2026, as receitas brutas totalizaram R$ 478.304,84, compostas por R$ 82.108,00 provenientes do programa Sócio Esquadrão, R$ 344.816,64 de Demais Receitas Operacionais e R$ 51.380,20 de Receitas Financeiras. Após as deduções de impostos e taxas incidentes sobre as receitas, no valor de R$ 4.907,22, a receita líquida do mês alcançou R$ 473.397,62. Observa-se que as Demais Receitas Operacionais representaram a principal fonte de arrecadação, correspondendo a aproximadamente 72% das receitas brutas do período.

No mês de fevereiro, foram reconhecidas receitas brutas de R$ 480.420,83, demonstrando estabilidade em relação a janeiro. Desse total, R$ 80.111,00 corresponderam ao Sócio Esquadrão, R$ 351.752,36 às Demais Receitas Operacionais e R$ 48.557,47 às Receitas Financeiras. Considerando as deduções de R$ 5.786,49, a receita líquida mensal foi de R$ 474.634,34, representando crescimento de apenas 0,26% em relação ao mês anterior. Embora as receitas totais tenham permanecido estáveis, houve uma pequena redução na arrecadação do programa associativo e das receitas financeiras, compensada pelo aumento das demais receitas operacionais.

Em março, as receitas brutas atingiram R$ 484.951,12, sendo R$ 84.170,00 oriundos do Sócio Esquadrão, R$ 345.231,10 das Demais Receitas Operacionais e R$ 55.550,02 de Receitas Financeiras. Após deduções de R$ 6.080,29, a receita líquida do mês totalizou R$ 478.870,83, apresentando crescimento de 0,89% em relação a fevereiro. O desempenho foi favorecido pelo aumento das receitas associativas e financeiras, embora as Demais Receitas Operacionais tenham registrado leve redução no período.

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

No consolidado do primeiro trimestre de 2026, as receitas brutas somaram R$ 1.443.676,79, sobre as quais incidiram deduções de R$ 16.774,00, resultando em uma receita líquida acumulada de R$ 1.426.902,79. As Demais Receitas Operacionais totalizaram R$ 1.041.800,10, representando aproximadamente 73% da receita líquida, enquanto o Sócio Esquadrão contribuiu com R$ 246.389,00 e as Receitas Financeiras com R$ 155.487,69.

A análise demonstra uma trajetória de crescimento moderado e contínuo das receitas líquidas, que passaram de R$ 473.397,62 em janeiro para R$ 478.870,83 em março, evolução acumulada de aproximadamente 1,16%. Contudo, evidencia-se uma elevada concentração da arrecadação nas Demais Receitas Operacionais, ao passo que o programa Sócio Esquadrão respondeu por pouco mais de 17% das receitas do trimestre. Recomenda-se o acompanhamento detalhado da composição das Demais Receitas, diante de sua elevada representatividade, bem como o fortalecimento das ações de captação e retenção de associados, visando ampliar a participação das receitas recorrentes e reduzir a dependência de fontes potencialmente pontuais ou variáveis.

7. Folha de Pagamento

A análise das folhas de pagamento de empregados, prestadores de serviços e dirigentes da DE mostrou que os lançamentos seguem a legislação, contratos e normas coletivas. Os cálculos de salários e descontos foram feitos conforme a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

8. Encargos Sociais

A análise dos encargos sociais devidos pelo Clube, referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), PIS sobre a folha, Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre Recibos de Pagamento a Autônomos (RPA) e dirigentes da DE, bem como à contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo retenções previdenciárias dos empregados, Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), alíquotas destinadas a terceiros, percentuais do Risco de Acidente de Trabalho (RAT) e do Fator Acidentário Previdenciário (FAP), demonstrou que todas as obrigações acessórias foram declaradas em conformidade com a legislação vigente.

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

9. SST – Saúde e Segurança do Trabalho

A análise do cumprimento das obrigações relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) indicou que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) encontra-se atualizado e que os eventos de SST foram devidamente enviados ao eSocial (Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais) no trimestre analisado. Conclui-se, portanto, que o ECB está em conformidade com as normas vigentes de SST.

10. Fluxo Financeiro

No trimestre analisado, o fluxo financeiro registrou receitas provenientes dos repasses do contrato com o Bahia SAF, contribuições associativas, patrocínios e eventos esportivos. As despesas incluíram folha de pagamento, encargos sociais, serviços de terceiros, pagamentos administrativos, taxas bancárias e custos operacionais, totalizando R$ 2.899.938,01 mil. O resultado operacional líquido acumulado no referido trimestre foi de R$ 1.525.640,87 mil, sem identificação de distorções relevantes. Observou-se equilíbrio entre receitas e despesas, com variações mensais compatíveis com a dinâmica do clube. Ressalta-se o avanço na redução da dependência do repasse semestral da SAF e das contribuições associativas, evidenciando a importância da diversificação das fontes de receita para maior estabilidade de caixa.

11. Situação Fiscal

A análise das demonstrações contábeis e dos relatórios complementares indica um cenário fiscal que requer atenção contínua e gestão ativa. Os parcelamentos tributários vigentes encontram-se adimplentes, o que demonstra controle sobre passivos já negociados e contribui para a previsibilidade do fluxo financeiro. Essa regularidade é um ponto positivo, pois reduz riscos imediatos de execução fiscal.

Observa-se um fator crítico: a inscrição recente de processos em Dívida com diversos entes tributários. Esses eventos representam um aumento substancial do risco fiscal, pois abre margem para execuções fiscais e medidas de constrição

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

patrimonial, como bloqueios e penhoras. Essa situação exige resposta imediata da gestão, incluindo a apuração das causas das inscrições e a elaboração de um plano de ação para sua regularização, garantindo a mitigação de riscos e a manutenção do compliance tributário.

Cabe destacar que tais questões já foram objeto de apontamento em relatórios anteriores do Conselho Fiscal e estão sob ciência da Diretoria Executiva e da EC Bahia SAF, que vêm realizando pagamentos regulares dos débitos existentes. Contudo, diante do agravamento recente com novas inscrições, torna-se imprescindível intensificar as medidas corretivas e preventivas.

Cabe destacar que tal situação já era de conhecimento deste Conselho Fiscal e foi objeto de apontamento em relatórios anteriores, estando também sob ciência da Diretoria Executiva e do EC Bahia SAF, que têm realizado regularmente os pagamentos dos débitos em questão.

12. Execução Orçamentária

A presente análise da Demonstração de Resultado Orçamentário (DRO) abrange o período de janeiro a março de 2026 (primeiro trimestre) e tem como fundamento a avaliação da aderência da execução orçamentária em relação aos valores previamente aprovados, conforme prerrogativa estatutária deste Conselho Fiscal.

A avaliação visa aferir a conformidade da gestão na aplicação dos recursos e identificar desvios relevantes que possam impactar a estabilidade econômico-financeira da entidade. Ressalta-se que a DRO apresenta os valores em milhares de reais e que o orçamento de 2026 foi revertido ao plano de contas vigente por meio de De-Para, o que pode ocasionar pequenas diferenças de arredondamento e de classificação entre rubricas.

O CF constatou que o Clube apresentou desempenho de receitas superior ao orçamento aprovado, com Receita Bruta das Atividades de R$ 1,288 milhão frente a R$ 1,125 milhão orçado, o que representa variação positiva de R$ 163 mil e execução de 114,5% do previsto, impulsionada principalmente pelas Demais

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

Receitas, com destaque para os Patrocínios, embora o Programa Associativo tenha apresentado realização ligeiramente inferior ao previsto. A receita realizada superou o orçamento em todos os meses do trimestre: janeiro (R$ 427 mil contra R$ 372 mil), fevereiro (R$ 432 mil contra R$ 371 mil) e março (R$ 429 mil contra R$ 382 mil).

O Programa Associativo (Sócio Patrimonial e Sócio Contribuinte), rubrica de alta relevância estratégica, registrou arrecadação realizada de R$ 247 mil frente a um orçamento de R$ 249 mil, correspondendo a 99,2% do previsto. Embora praticamente aderente ao planejado, o resultado não evidencia crescimento da base de associados, permanecendo a necessidade, já apontada no parecer do exercício de 2025, de reavaliação das estratégias de captação e retenção de associados. Em contrapartida, o conjunto das demais receitas superou as expectativas, atingindo R$ 1,041 milhão contra um valor orçado de R$ 876 mil (118,8%), com destaque para Patrocínio (R$ 232 mil realizados contra R$ 55 mil orçados, ou 421,8% do previsto) e Outras Receitas (R$ 764 mil contra R$ 708 mil, ou 107,9%). Em sentido oposto, a Receita Vinculada realizou apenas R$ 45 mil frente a R$ 108 mil orçados (41,7%), com registro somente no mês de janeiro, e a receita de Licenciamentos, orçada em R$ 5 mil para março, não se concretizou.

Na DRO do trimestre não há deduções da receita, de modo que a Receita Líquida realizada coincide com a Receita Bruta, totalizando R$ 1,288 milhão contra R$ 1,125 milhão orçado, variação positiva de R$ 163 mil. Diferentemente da apresentação adotada em 2025, as perdas no recebimento de créditos estão classificadas entre as Despesas Operacionais e alcançaram R$ 27 mil frente a R$ 15 mil orçados (180,0% do previsto), o que recomenda atenção à política de cobrança e à adimplência dos créditos a receber.

Do ponto de vista das despesas, observa-se aderência global ao plano orçamentário, porém com desvios relevantes em rubricas específicas.

O total das despesas das atividades (Custos das Atividades e Despesas Operacionais) atingiu R$ 1,284 milhão, frente a um orçamento de R$ 1,234 milhão, representando execução de 104,1% do previsto. Os Custos das Atividades somaram

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

R$ 951 mil contra R$ 896 mil orçados (106,1%), enquanto as Despesas Operacionais totalizaram R$ 333 mil contra R$ 338 mil orçados (98,5%). O maior descolamento mensal ocorreu em janeiro, quando os Custos das Atividades alcançaram R$ 366 mil frente a R$ 299 mil orçados (122,4%), influenciados pelos Eventos Desportivos (R$ 66 mil, sem previsão orçamentária) e pelos Atletas Contratados (R$ 31 mil contra R$ 12 mil orçados).

As Despesas de Pessoal (salários, encargos e benefícios), com aproximadamente R$ 617 mil orçados contra R$ 642 mil realizados (104,1%), embora superiores ao valor orçado em termos absolutos, apresentaram redução relativa quando analisadas como percentual da Receita Líquida, passando de 54,8% no orçamento para 49,8% no realizado, indicando ganho de escala.

Destaca-se, entretanto, que a rubrica Benefícios ao Trabalhador (R$ 75 mil) não possuía previsão orçamentária, ao passo que Assistência Médica, Ajuda de Custo e Seguro de Funcionários foram realizados muito abaixo do orçado (R$ 41 mil contra R$ 113 mil), o que sugere reclassificação de contas entre orçamento e realizado, a ser confirmada pela DE.

O INSS também superou o previsto (R$ 97 mil contra R$ 83 mil, ou 116,9%).

As Despesas com Atividades Desportivas (taxas de federação, eventos desportivos, comissão técnica, atletas contratados, viagens e arbitragem) alcançaram aproximadamente R$ 307 mil contra R$ 283 mil orçados (108,5%), com participação sobre a Receita Líquida de 23,8%, frente a 25,2% prevista.

O desvio decorreu principalmente dos Eventos Desportivos (R$ 96 mil sem previsão orçamentária), da Comissão Técnica (R$ 108 mil contra R$ 99 mil) e dos Atletas Contratados (R$ 52 mil contra R$ 38 mil), parcialmente compensados pela baixa execução das despesas de viagem, notadamente Alimentação em Viagem (R$ 1 mil contra R$ 75 mil) e Passagens (R$ 6 mil contra R$ 21 mil).

As Despesas com Serviços de Terceiros (R$ 92 mil orçado contra R$ 123 mil realizado, ou 133,7%) apresentaram o maior desvio percentual do trimestre, em razão principalmente dos Serviços de Marketing – PJ (R$ 24 mil, sem previsão orçamentária) e dos acréscimos em Serviços de Auditoria (R$ 24 mil contra R$ 20

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

mil) e Serviços de Informática (R$ 33 mil contra R$ 29 mil). Já as Despesas Gerais (aproximadamente R$ 194 mil orçado contra R$ 143 mil realizado, ou 73,7%) permaneceram abaixo do previsto, sobretudo pela não realização da provisão de Contingências Trabalhistas (R$ 54 mil orçados) e pela menor execução de Aluguel de Imóveis e Condomínios (R$ 16 mil contra R$ 35 mil), Comunicação (R$ 9 mil contra R$ 29 mil) e Material Promocional (R$ 4 mil contra R$ 25 mil), compensadas em parte por despesas sem previsão orçamentária, como Fardamentos (R$ 20 mil), Arrendamento (R$ 17 mil) e Custas Judiciais (R$ 10 mil). A Depreciação foi de R$ 59 mil contra R$ 47 mil orçados (125,5%).

De forma geral, a análise evidencia que a pressão sobre as despesas concentrou-se nas Despesas de Pessoal, nas Atividades Desportivas e nos Serviços de Terceiros, sendo compensada por economias em Despesas Gerais e em viagens, parte das quais pode decorrer apenas do calendário de execução e não de redução efetiva de gastos. A existência de diversas rubricas realizadas sem qualquer previsão orçamentária reforça a necessidade de aprimoramento do processo de elaboração do orçamento e de acompanhamento rigoroso de sua execução ao longo do exercício.

O Resultado Financeiro realizado foi de R$ 59 mil, frente a R$ 80 mil orçados (73,8%). Embora os Rendimentos de Aplicações Financeiras tenham superado o previsto (R$ 155 mil contra R$ 95 mil), o resultado foi impactado pelos Juros sobre Parcelamentos Tributários, no montante de R$ 71 mil, sem previsão orçamentária, além do IR sobre aplicações financeiras (R$ 6 mil) e de Juros e Atualização Monetária (R$ 4 mil). O CF destaca que os encargos dos parcelamentos tributários constituem despesa recorrente e conhecida, diretamente relacionada à situação fiscal tratada no item 11 deste parecer, devendo obrigatoriamente constar do orçamento.

O CF recomenda recompor a previsibilidade das receitas recorrentes, com especial atenção ao Programa Associativo, cuja arrecadação permaneceu estável, sem crescimento da base. O fortalecimento dessa base, por meio de estratégias de retenção, recuperação de adimplência e ampliação do quadro de associados, tende

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

a reduzir a dependência de receitas extraordinárias e aumentar a estabilidade financeira no médio e longo prazo.

Em paralelo, torna-se fundamental qualificar a gestão das Demais Receitas, distinguindo claramente os patrocínios de natureza recorrente daqueles de caráter pontual, bem como esclarecer as causas da baixa realização da Receita Vinculada.

Embora tenham sido decisivas para o resultado do trimestre, essas receitas não devem ser integralmente consideradas como base permanente de financiamento, sendo recomendável utilizá-las prioritariamente para investimentos estruturantes, recomposição de reservas ou amortização de riscos patrimoniais, e não para despesas fixas.

No campo das despesas, recomenda-se a revisão do orçamento de 2026 para contemplar as rubricas realizadas sem previsão — em especial os Juros sobre Parcelamentos Tributários, os Benefícios ao Trabalhador, os Eventos Desportivos e os Serviços de Marketing —, bem como a conciliação da classificação das contas utilizada no De-Para, de forma a permitir comparações consistentes entre orçado e realizado.

Quanto às Atividades Desportivas e às Despesas de Pessoal, recomenda-se manter políticas de controle e monitoramento contínuo, assegurando que o crescimento futuro esteja sempre vinculado à evolução sustentável das receitas recorrentes.

No primeiro trimestre de 2026, o Esporte Clube Bahia apresentou superávit operacional de R$ 5 mil, frente a um déficit operacional orçado de R$ 109 mil.

Somado ao Resultado Financeiro de R$ 59 mil, o Resultado do Exercício no trimestre foi superávit de R$ 63 mil, contra déficit orçado de R$ 29 mil, representando variação positiva de R$ 92 mil.

Na análise mensal, janeiro registrou déficit de R$ 29 mil (orçado déficit de R$ 17 mil), enquanto fevereiro e março apresentaram superávits de R$ 59 mil e R$ 33 mil, respectivamente (orçados déficits de R$ 12 mil e R$ 1 mil).

O resultado da DRO é convergente com o superávit de R$ 63.264,61 apurado na Demonstração do Resultado (item 4 deste parecer) e, diferentemente do

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

exercício de 2025, não foi afetado por equivalência patrimonial, decorrendo integralmente das atividades do Clube no período.

O Conselho Fiscal, após análise da Demonstração do Resultado Orçado (DRO) do primeiro trimestre do exercício, verificou a relação entre o total das despesas realizadas e o total das despesas orçadas, conforme quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇADA – 1º TRIMESTRE DE 2026
(Valores em milhares de Reais)

	JANEIRO	Janeiro	FEVEREIRO	Fevereiro	MARÇO	Março	Total	Total	Exec.
(Valores em R$ mil)	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	%
Receita Bruta das Atividades	372	427	371	432	382	429	1.125	1.288	114,5%
(=) Receita Líquida	372	427	371	432	382	429	1.125	1.288	114,5%
(-) Custos das Atividades	- 299	- 366	- 299	- 276	- 299	- 309	- 896	- 951	106,1%
(-) Despesas Operacionais	- 117	- 111	- 110	- 113	- 111	- 109	- 338	- 333	98,5%
Total de Despesas	- 416	- 477	- 409	- 389	- 410	- 418	- 1.234	- 1.284	104,1%
(=) Superávit (Déficit) Operacional	- 43	- 50	- 38	43	- 28	12	- 109	5	–
(+/-) Resultado Financeiro	26	21	27	16	27	21	80	59	73,8%
Resultado do Exercício	- 17	- 29	- 12	59	- 1	33	- 29	63	–

A referida análise evidenciou que, no término do primeiro trimestre, o montante das despesas realizadas (R$ 1,284 milhão) apresentou variação de 4,1% em relação ao valor originalmente orçado (R$ 1,234 milhão). Mesmo considerando as despesas financeiras, o total realizado (R$ 1,381 milhão) superou o orçado (R$ 1,249 milhão) em 10,6%, permanecendo, em ambos os casos, inferior ao limite de 20% previsto no artigo 87 do Estatuto do Esporte Clube Bahia. Dessa forma, não se configurou a distorção que exigiria o encaminhamento de comunicação formal da Diretoria Executiva a este Conselho Fiscal.

Não obstante, o CF manterá o monitoramento da execução orçamentária no trimestre subsequente, em especial das rubricas realizadas sem previsão orçamentária e daquelas com desvios superiores a 20%, podendo emitir novas recomendações, caso entenda necessário.

13. Contratos

Foi realizada uma análise detalhada dos instrumentos contratuais da associação, constatando-se que, em sua maioria, os contratos relevantes estão devidamente formalizados e assinados pelas partes competentes, em conformidade com as práticas de boa governança. Este Conselho reforça a

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

necessidade imperativa de que a gestão executiva apresente, de forma oficial e detalhada, os esclarecimentos sobre os mecanismos específicos que disciplinarão os repasses financeiros decorrentes.

14. Passivo Judicial

Os documentos ou relatórios a respeito de processos judiciais em andamento ou passivos contingentes não foram disponibilizados pelo ECB.

15. Conclusão

Em cumprimento ao inciso I do artigo 30 do Estatuto do Esporte Clube Bahia, o Conselho Fiscal analisou os demonstrativos contábeis, a execução orçamentária, o fluxo financeiro edemais documentos disponibilizados pela Diretoria Executiva referentes ao 1º trimestre de 2026. Após a avaliação, o Conselho atesta que o ECB manteve a integridade contábil, evidenciando compromisso com a transparência e a conformidade legal em suas práticas financeiras.

16. Recomendações e Alertas

O CF recomenda que o Clube:

1. **Situação Fiscal:** Recomenda-se que a gestão executiva apresente a este conselho um plano de ação detalhado para resolução da situação fiscal que impede a emissão da certidão federal negativa de débitos tributários junto à União Federal.

Salvador, 14 de outubro de 2026.

Alison Luís Santana Silva
Conselheiro Fiscal – Relator

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

Márcio Vilaça Paiva

Conselheiro Fiscal – Presidente e Sub Relator

Bruno Tito Pereira

Conselheiro Fiscal – Secretário

Douglas Silva Carvalho

Conselheiro Fiscal – Licenciado

#18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

Comprovante de Assinatura Eletrônica

contraktor

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 22/10/2026 às 16:20:51 (GMT -3:00)

EXAME DAS CONTAS - PRIMEIRO TRIMESTRE - 2026 - EC BAHIA para assinatura

ID única do documento: #18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc

Hash do documento original (SHA256): 48eb54794c2efd84d0c53d10ca49da345e936c1027c5537603c4ab440356a1f0

Este Log é exclusivo ao documento número #18baf5f8-e3a2-4034-a304-7b3975a146dc e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (3)

- Alison Luís Santana Silva (Participante)
  Assinou em 22/10/2026 às 19:12:30 (GMT -3:00)
- Bruno Tito Pereira (Participante)
  Assinou em 22/10/2026 às 16:21:13 (GMT -3:00)
- Márcio Vilaça Paiva (Participante)
  Assinou em 22/10/2026 às 16:21:48 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
22/10/2026 às 19:12:30 (GMT -3:00)	Alison Luís Santana Silva (Autenticação: e-mail alison@contabilidadeimpacto.com.br; IP: 189.0.157.176) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora	Evento
22/10/2026 às 16:21:13 (GMT -3:00)	Bruno Tito Pereira (Autenticação: e-mail btpcontabilidade@gmail.com; IP: 177.136.3.46) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
22/10/2026 às 16:20:51 (GMT -3:00)	Bruno Tito solicitou as assinaturas.
22/10/2026 às 16:21:48 (GMT -3:00)	Márcio Vilaça Paiva (Autenticação: e-mail mpaiva2102@gmail.com; IP: 138.219.246.185) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.